

**A. I. Nº** - 206905.0051/02-2  
**AUTUADO** - AGRONOL AGRO INDUSTRIAL S/A.  
**AUTUANTE** - MARIA IRACI BARROS DE SÁ TELLES  
**ORIGEM** - INFRAZ BARREIRAS  
**INTERNET** 12.06.03

## **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0206/02-03**

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE USO E CONSUMO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Pneus, câmara de ar e protetores de borracha, constituem bens de uso, sendo vedado o crédito fiscal. Gasolina, lubrificante e óleo, empregados na produção e beneficiamento de produtos primários são insumos, sendo, portanto, legítimo o crédito fiscal. Infração parcialmente confirmada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 21/08/02, exige imposto no valor de R\$21.304,79, por utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material de uso e consumo do estabelecimento, período de novembro/00 a dezembro/01.

Além dos demonstrativos relacionando as notas fiscais de recuperação de crédito, emitidas pelo autuado (fls. 10 a 13), foram anexados aos autos, também, cópias xerográficas de:

- 1) Notas fiscais fatura, emitidas pela empresa autuada, Agronol Agro Industrial S/A, tendo como natureza da operação “recuperação de crédito – cód. 1.99” (fls. 14 a 61);
- 2) folhas do livro Registro de Apuração (fls. 62 a 105);
- 3) Termo de Início de Fiscalização e Termos de Intimações (fls. 7 a 9).

O autuado, às fls. 112 e 113, apresentou sua defesa alegando ser equivocado o entendimento do autuante, posto que os créditos poderiam ser usados, tendo como embasamento o art. 93, I, “f”, do RICMS/BA. Transcreveu o art. 93, I, “c”, do RICMS/97.

Argumentou que sendo sua empresa essencialmente dedicada a atividade de produção, beneficiamento e comercialização no mercado interno de produtos primários, tem direito ao referido crédito. Que adquire insumos, matéria-prima, material secundário, produtos intermediários, tais como: óleos combustíveis, fluídos, filtros e pneus/câmaras, produtos inerentes ao transporte de seus produtos, mercadorias e tratores.

Asseverou ser indevida a autuação, já que os mencionados créditos podem ser escriturados de acordo com o art. 101, §º, I e II e §2º, do RICMS/BA.

Anexou às fls. 117 a 237, os documentos fiscais originais dos fornecedores e a 2ª via dos emitidos pelo autuado a título de recuperação de crédito, referente ao documento original.

Concluiu requerendo o cancelamento da autuação.

O autuante, às fls. 239 e 240, informou que nenhuma das notas fiscal que foram objeto do procedimento fiscal, não diz respeito aos produtos elencados na alínea “c” do inciso I do art. 93 do RICMS/97. A alínea “c” trata de sementes, ovos férteis, etc, já os documentos fiscais se referem

a aquisições de pneus, câmara de ar e lubrificantes. Também, informou que o art. 101, §1º, I e II trata de crédito extemporâneo e escrituração do estorno do crédito, e não, de crédito de mercadorias adquiridas para uso e consumo.

Esclareceu, o autuante, que os créditos de mercadorias adquiridas para uso e consumo somente serão admitidos a partir de janeiro de 2003, conforme art. 93, V, “b”, do RICMS/97, e Lei Complementar nº 99/99. Que o autuado admitiu que utilizou créditos das mercadorias: pneus, lubrificantes, gasolina comum, para seu consumo, não contestando nenhum valor lançado na autuação.

Manteve o Auto de Infração.

Esta Junta de Julgamento, na sessão de julgamento, deliberou que o processo fosse remetido em diligência a ASTEC/CONSEF, solicitando que aquela Assessoria Técnica, designasse Auditor Fiscal para verificação, *in loco*, com a finalidade de elaborar demonstrativo, mês a mês, identificando os valores dos créditos fiscais lançados no livro Registro de Apuração, de todo o período da autuação, separando-os por tipo de cada produto.

Mediante Parecer Técnico ASTEC nº 0059/2003, foi atendido o acima solicitado. Também foi cientificado, autuado e autuante, com a entrega de cópia do resultado da diligência ao autuado e informação do prazo de 10 dias para se manifestar, querendo. No entanto, não consta nos autos manifestação do contribuinte.

## VOTO

Da análise das peças que compõem o presente processo, verifico que o sujeito passivo tendo adquirido os produtos: gasolina comum, lubrificantes, pneus, câmaras de ar e protetor, mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, e já encerrada sua fase de tributação e entendendo que tais bens, utilizados nos seus tratores agrícolas e caminhões, lhes davam o direito a recuperação do crédito fiscal, emitira, para cada aquisição, uma nota fiscal cuja natureza da operação intitulava de “RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO – CFOP 1.99”, lançando no seu livro Registro de Apuração os valores dos referidos créditos. Na autuação, tais créditos foram glosados, entendendo, o autuante, se tratar de material de uso e consumo.

Vale esclarecer que o sujeito passivo apesar de indicar, erroneamente, em sua impugnação, a alínea “F” do art. 93 do RICMS/97, transcreveu a alínea “c” do citado artigo e inciso, para justificar o uso do crédito fiscal, considerando ter como atividade essencial, a produção, beneficiamento e comercialização de produtos primários.

Analisando o disposto no art. 93, I, “c”, do RICMS/97, que trata do direito ao crédito, este dispõe o seguinte:

*Art. 93. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subsequentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:*

*I – o valor do imposto anteriormente cobrado, relativo às aquisições ou recebimentos reais ou simbólicos:*

*“c” – de sementes, mudas, adubos [...] combustíveis e demais insumos empregados na produção agrícola, na atividade extrativa vegetal ou animal, na pecuária ou na avicultura.*

Também, o art. 359, § 2º, I, do citado regulamento, determina o seguinte:

*Art. 359. O contribuinte substituído, na operação que realizar com mercadoria recebida com imposto retido ou antecipado, emitirá documento fiscal, sem destaque do imposto, que conterá, além dos requisitos exigidos, a seguinte declaração, ainda que por meio de carimbo: “ICMS pago por substituição tributária” (Ajuste SINIEF 4/93)..*

*§ 2º. Não sendo o documento fiscal emitido na forma do parágrafo anterior, poderá o destinatário utilizar o crédito, nas aquisições efetuadas neste Estado, adotando os seguintes procedimentos:*

*I – emitir Nota Fiscal para este fim, tendo como natureza da operação “Recuperação de crédito”.*

Na atividade desenvolvida pelo impugnante, que é a de produção, beneficiamento e comercialização de produtos primários, são considerados insumos: gasolina, lubrificante e óleo, empregados na produção e beneficiamento de seus produtos, sendo, portanto, legítima a utilização dos créditos fiscais, por estar amparado nos dispositivos do RICMS/97, acima transcritos (art. 93, I, “c”, combinado com o art. 359, §2º, I).

Já em relação à utilização dos créditos fiscais dos bens: pneus, câmaras de ar e protetores de borracha, constituem bens de uso, já que se referem a peças e partes integrantes de bens do ativo imobilizado (tratores e caminhões). Tais peças de reposição são utilizadas para a manutenção de trator e caminhão e não se desgastam de imediato, pelas suas características. Assim, vedado o crédito fiscal, conforme disposto no art. 93, V, “b”, do RICMS/97, conforme abaixo transcrito:

*Art. 93. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subsequentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:*

*V – o valor anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada, real ou simbólica, no estabelecimento, de mercadorias, bens ou materiais, bem como do imposto relativo aos serviços de transporte, inclusive o imposto pago a título de diferença de alíquotas, sendo as mercadorias ou bens destinados:*

*b) a partir de 01/01/2003, ao uso ou consumo do próprio estabelecimento, assim entendidas as mercadorias que não forem destinadas a comercialização, industrialização, produção, geração, extração ou prestação, por não serem consumidas nem integrarem o produto final ou o serviço na condição de elemento indispensável ou necessário à sua produção, composição ou prestação (§ 11) (Lei Complementar nº 99/99);*

Como nos autos os valores exigidos a título de “utilização indevida de crédito fiscal” englobavam produtos cujos créditos fiscais estão previstos na legislação tributária deste Estado, o processo foi encaminhado em diligência a ASTEC/CONSEF, com a finalidade serem identificados, mês a mês, os valores dos créditos fiscais lançados no livro Registro de Apuração, separando-os por tipo de cada produto.

No demonstrativo elaborado pelo auditor revisor, consta a nota fiscal nº 185953 (não informado o nome do emitente) relativo a aquisição de açúcar. Pela atividade da empresa não vejo razão para utilização do crédito relativo a açúcar.

Assim, com base no Parecer Técnico ASTEC nº 0059/2003 e demonstrativo (fls. 245 a 247), anexado pelo revisor, os valores dos créditos fiscais utilizados indevidamente são os abaixo relacionados:

Data da ocorrência	Nº da nota fiscal	produto	Valor crédito utilizado indevidamente	Valor total do período
Novembro/00	5295	Câmara	90,44	
	5591	Pneus	45,56	
	52362	pneus	40,80	176,80
Dezembro/00	21913	Protetor de pneu	9,18	
	5719	Câmara	2,72	
	12655	Pneus	41,82	
	606	Pneus	28,39	82,11
Janeiro/01	22328	câmara	42,84	
	6263	Pneus	62,22	105,06
Fevereiro/01	6780	Câmaras	85,34	
	36967	Câmaras	6,46	
	2962	Pneus	39,44	
	6700	Pneus	182,24	
	10919	Pneus	132,60	
	6889	Pneus	156,40	
	54722	Pneus	1186,10	1.788,58
Março/01	7072	Pneus	133,28	
	54960	Pneus	138,88	
	23612	Pneus	160,48	
	7087	Pneus	44,88	477,52
Abril/01	120	Pneus	207,23	207,23
Maio/01	25677	Câmaras	37,40	
	25781	Câmaras	5,10	
	15033	Protetor de pneus	2,04	44,54
Junho/01	1197	Pneus	111,18	111,18
Julho/01	185953	Açúcar	1.836,00	
	15947	Câmaras	4,42	1.840,42
Agosto/01	43614	Pneus	223,31	223,31
Setembro/01	27534	Pneus	111,35	111,35
Outubro/01	27772	Câmaras	51,00	
	14560	Pneus	416,50	
	14625	Pneus	147,90	
	28403	Pneus	175,10	790,50
Novembro/01	14809	Câmaras	323,00	
	14966	Câmaras	173,40	

	18775	Câmaras	10,20	
	27607	Pneus	131,49	
	28762	Pneus	178,50	
	28782	Pneus	357,68	536,27
Dezembro/01	29147	Câmaras	46,92	
	29319	Câmaras	32,30	
	15320	Câmaras	23,60	
	15421	Câmaras	47,60	
	123	Pneus	67,49	
	15068	Pneus	323,00	
	163	Pneus	202,47	
	172	Pneus	354,28	
	1436	Pneus	151,30	<b>1.248,96</b>

Assim, o débito tributário remanescente, passa a ser o abaixo demonstrado:  
DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Mês/ano	Valor do imposto devido	% multa e dispositivo legal (Lei 7014/96)
11/00	176,80	60% -art.42, VII
12/00	82,11	60% -art.42, VII
01/01	105,06	60% -art.42, VII
02/01	1.788,58	60% -art.42, VII
03/01	477,52	60% -art.42, VII
04/01	207,23	60% -art.42, VII
05/01	44,54	60% -art.42, VII
06/01	111,18	60% -art.42, VII
07/01	1.840,42	60% -art.42, VII
08/01	223,31	60% -art.42, VII
09/01	111,35	60% -art.42, VII
10/01	790,50	60% -art.42, VII
11/01	536,27	60% -art.42, VII
12/01	1.248,96	60% -art.42, VII
<b>TOTAL DO DÉBITO</b>	<b>7.743,83</b>	

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 206905.0051/02-2, lavrado contra **AGRONOL AGRO INDUSTRIAL S/A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.743,83**, sendo, R\$ 258,91, atualizado monetariamente,

acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios e R\$7.484,92, previsto no supracitado dispositivo, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de junho de 2003.

CLARICE ANÍZIA MAXIMO MOREIRA – PRESIDENTE-RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA